

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

É HORA DE ROMPER COM A CONCILIAÇÃO E REORGANIZAR A LUTA BANCÁRIA!



Foto: Alternativa Bancária/Reprodução

Os lucros dos cinco maiores bancos do país tem superado a cifra dos 100 bilhões de reais por ano. Essa enorme acumulação de capital decorre do aumento da exploração dos trabalhadores do setor. Além de sucessivas perdas salariais, os bancários são submetidos à sobrecarga de trabalho, metas abusivas e assédio moral. Essa realidade contribui para deteriorar ainda mais a saúde e as condições de trabalho da categoria. Enquanto isso, a Contra-f-CUT segue apostando no apassivamento das bases e na conciliação de classes. O momento exige o fortalecimento das oposições sindicais e a ruptura com as direções atreladas a patrões e governos. **pág 4**



Foto: Livia Borari

MOVIMENTO INDÍGENA DERROTA TENTATIVA DE DESESTATIZAÇÃO DE RIOS ESTRATÉGICOS DA AMAZÔNIA

Sob a liderança dos movimentos indígenas, a tentativa de desestatização de rios estratégicos da Amazônia foi derrotada a partir de intensa mobilização local e nacional, repercutindo amplamente as demandas mais imediatas da população indígena. A revogação do decreto encerra um capítulo específico, mas não elimina o debate estrutural sobre o papel da região no modelo econômico nacional. A disputa em torno das hidrovias evidencia a tensão entre a expansão da fronteira logística do agronegócio e a garantia de direitos territoriais e ambientais previstos na Constituição e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil. **pág 12**



Foto: Jornal O Futuro

8 DE MARÇO E A LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS **pág 5**

O PAPEL DA REVISTA TEÓRICA:
A construção dos Partidos Comunistas e o significado do 25 de Março. **pág 3**

FEMINICÍDIOS EM ALTA:
Brasil encerra 2025 com recorde em meio ao avanço da violência de gênero. **pág 6**

SOLIDARIEDADE AO POVO IRANIANO:
contra os ataques criminosos dos EUA e de Israel. **pág 7**

PEC DO FIM DA ESCALA 6X1:
avanço no Congresso não garante redução da jornada nem aprovação em 2026. **pág 8**

Editorial

Não fazer propaganda especial para as mulheres, mas sim fazer agitação socialista entre as trabalhadoras e trabalhadores!

O mês de março, quando organizamos o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, não pode ser reduzido a um ritual anual de reconhecimento abstrato. Sua força histórica reside no fato de que nasceu da compreensão de que a opressão das mulheres não é um desvio moral do capitalismo, mas um de seus mecanismos estruturais. Quando Clara Zetkin defendeu a criação de um dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras, a questão central não era “dar visibilidade” às mulheres, mas organizá-las como sujeito político inserido na luta de classes. Contudo, a luta revolucionária não se restringe ao calendário de lutas anual e, por isso, precisamos encarar o restante do ano com firmeza ideológica e máxima disciplina.

As ofensivas recentes — da manutenção de jornadas extenuantes como a 6x1 às políticas que favorecem o capital financeiro e a indústria armamentista — não são fenômenos isolados. Elas expressam a tendência contemporânea de recompor taxas de lucro às custas do tempo de vida da classe trabalhadora. O fechamento de agências bancárias em meio a lucros recordes e a resistência concreta à redução da jornada revelam a mesma lógica: proteger a acumulação, ainda que isso signifique ampliar o adoecimento, a violência e a insegurança social. A vitória contra a desestatização dos rios estratégicos da Amazônia demonstrou que é possível resistir se enfrentarmos o inimigo direto dos trabalhadores: os grandes monopólios capitalistas.

O PCBR tem estabelecido diretrizes para a inserção no proletariado, especialmente nos setores estratégicos, caracterizados pelo nosso programa como aqueles setores dinâmicos ou nevrálgicos da economia capitalista, sendo capazes de afetar com suas mobilizações a produção e reprodução capitalista de maneira mais ou menos profunda. Na disputa das eleições do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, a tarefa de reconstruir pela base a luta bancária, nesse sentido, precisa romper com práticas de conciliação no movimento sindical, fortalecer uma organização classista e combativa da base dos trabalhadores, unificando reivindicações (como isonomia salarial e defesa de direitos) e reconstruindo uma oposição sindical que enfrente diretamente a ofensiva patronal em vez de se apoiar apenas em negociações burocráticas.

No movimento estudantil, um movimento que é fundamental enquanto força auxiliar do proletariado, a União da Juventude Comunista, juventude do PCBR, deve garantir a participação orgânica dos estudantes revolucionários na vida de seus cursos e escolas, participando ativamente das entidades de base e disputando as entidades gerais conforme o grau de inserção acumulado. É nesse esforço que estaremos presentes no 46º Congresso da UBES (CONUBES), organizando e fortalecendo a luta dos estudantes secundaristas nas suas escolas, levando nossas bandeiras estabelecidas nas teses que apresentaremos ao congresso.

O cenário de avanço das guerras interimperialistas nos mostra que o ano de 2026 não deixará espaço para vacilações: empreenderemos ainda maiores esforços para a organização de bases sólidas de formação política, de difusão de iniciativas teóricas que armem ideologicamente a vanguarda — como a Revista Comunista Internacional, publicada pelo PCBR ao final de Janeiro —, e levaremos o programa do proletariado nas eleições burguesas, defendendo a pré-candidatura do camarada Jones Manoel como um tribuno do povo, pela revolução socialista no Brasil.

Internacional



Foto: Jornal O Futuro

PCBR realiza lançamento da 14ª edição da Revista Comunista Internacional

Com evento no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em São Paulo, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em uma mesa sobre “Guerra imperialista e o papel dos Partidos Comunistas” (disponível no canal do PCBR no YouTube na seção de “Ao vivo”), lançou a edição nº 14 da Revista Comunista Internacional (RCI), que traz uma leitura das questões ideológicas centrais no seio do Movimento Comunista Internacional (MCI). A RCI é o esforço de diversos Partidos Comunistas e Operários na construção e consolidação de uma unidade ideológica que seja capaz de aglutinar as leituras e acúmulos de diversos partidos marxistas-leninistas do mundo todo na edificação das condições subjetivas para a revolução socialista.

O internacionalismo proletário não se reduz às lutas em solidariedade aos povos (ainda que tenham nelas elementos centrais), mas também exige tomar a luta dos trabalhadores no mundo todo em perspectiva, o que inclui intervir na formulação e na organização do movimento comunista em todos os países. Com isso em mente, o XVII Congresso Extraordinário do Partido Comunista Brasileiro - Reconstrução Revolucionária aprovou a construção ativa do PCBR no campo marxista-leninista e a busca pela participação do Partido na Revista Comunista Internacional.

O desenvolvimento do Movimento Comunista Internacional desde a contrarrevolução na União Soviética e no Leste Europeu tem passado por inúmeras dificuldades. O rebaixamento ideológico e o liquidacionismo, as alianças com a social-democracia e a participação nos governos burgueses, o abandono da teoria leninista do imperialismo e da organização são só alguns dos pontos que demonstram o enfraquecimento dos Partidos Comunistas,

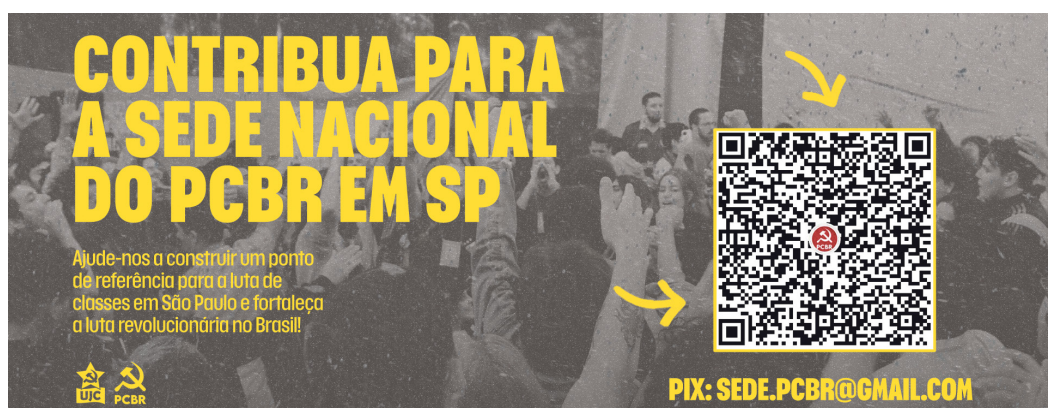
de forma geral, e do MCI, tomado como o movimento articulado dessas partes.

O PCBR está entre os partidos que buscam conhecer cientificamente as leis do desenvolvimento capitalista e, dessa forma, intervir na luta de classes com um rumo estratégico claro e explícito: a Revolução Socialista em nosso país. Apenas um Partido Comunista ideologicamente preparado e experiente nas lutas de classes pode funcionar efetivamente como vanguarda da classe proletária em sua luta pelo poder do Estado.

A publicação da Revista Comunista Internacional no Brasil, traduzida para o português, é, então, um ponto de partida para uma maior integração dos comunistas, também no plano ideológico, aproximando os públicos lusófonos dos debates que hoje ocorrem entre os defensores do marxismo-leninismo no MCI. A edição de número 14 é a segunda edição traduzida para língua portuguesa, bem como a segunda tradução enviada para o Conselho Editorial da RCI.

Como apontado na apresentação à edição brasileira da edição 14, pelo Secretário-Geral do PCBR, Gabriel Lazzari: “Esperamos, assim, não apenas familiarizar o leitor com o conteúdo dos artigos, mas recriar a tradição da RCI no Brasil, uma tarefa que cabe ao PCBR. Entendemos que as questões teóricas e políticas que enfrentamos podem ter distinções importantes em relação a outros países, mas seu núcleo duro é a luta do proletariado contra a burguesia, como é no mundo inteiro. Afinal, é no Manifesto Comunista que Marx e Engels já observam que a revolução é nacional em sua forma, mas internacional em seu conteúdo. Que façamos isso também no front ideológico, não é mais do que nossa obrigação”.

As edições número 13 e 14 da RCI podem ser adquiridas com a militância do PCBR em todo o Brasil.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Luta Ideológica

O papel da revista teórica na construção dos Partidos Comunistas e o 25 de março

Por Gabriel Lazzari,
Secretário Geral do PCBR

O dia 25 de março de 2026 marca os 104 anos de fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista, conhecido como PCB. A organização do PCB foi um marco insubstituível na história do movimento operário brasileiro e latino-americano, dando primeira forma à necessidade histórica da vanguarda do proletariado em nosso país. Um dos aspectos importantes na história do Partido foi sua produção teórica, que concentrou e desenvolveu o marxismo no país durante décadas como principal polo de desenvolvimento teórico da classe trabalhadora.

A construção de instrumentos teóricos não é uma exclusividade do Partido no Brasil. Historicamente, os partidos marxistas sempre se apoiaram em publicações partidárias como forma de avançar os debates teóricos e, ao mesmo tempo, popularizá-los, sobretudo considerando as dificuldades de tradução e de disseminação de conteúdo quando a mídia impressa era a única forma existente.

A primeira grande publicação teórica em partidos marxistas foi *Die Neue Zeit* (“O Novo Tempo”), do Partido Social-Democrata da Alemanha. Fundada em 1883 por Karl Kautsky e outros marxistas alemães, tinha como função precisamente expressar os debates do movimento socialista do país e avançar como instrumento teórico. A revista iniciou uma tradição e, ao lado do jornal *Vorwärts* (“Avante”), era o principal veículo de propaganda e discussão teórica da social-democracia alemã. Alguns textos de Karl Marx, como cartas e a própria *Crítica ao Programa de Gotha* foram enviadas por Friedrich Engels para publicação (essa última, póstuma, para influenciar nos debates ideológicos do fim da década de 1880), e o próprio Engels escreveu para a revista. Sua obra *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* foi originalmente publicada em dois volumes da *Die Neue Zeit* em 1886.

Foi também na *Die Neue Zeit* que o debate estratégico no seio do SPD surgiu com força. A direção da revista, com Karl Kautsky, adotou durante a virada do século XIX para o XX uma linha editorial de combate às ideias de Eduard Bernstein,



Material gráfico confiscado na gráfica clandestina do PCB no processo de repressão ao Levante Vermelho de 1935. Foto: Arquivo Nacional.

conhecido como o primeiro grande teórico do revisionismo, isso é, da transformação de princípios do marxismo para uma política reformista, e que foi proibido de publicar na revista quando ficaram claros seus fundamentos teóricos e ideológicos. Escreveram também para a revista gigantes do marxismo europeu, como Rosa Luxemburgo e Gueórgui Plekhánov, esse último um dos fundadores do marxismo russo e do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR), do qual surgiram os bolcheviques.

Na Rússia, a criação de um instrumento teórico dos social-democratas (e, depois, dos comunistas) teve muito mais empecilhos. A autocracia czarista e a inexistência da liberdade de imprensa foi uma realidade até a própria Revolução de Outubro de 1917 e os revolucionários russos tiveram que lidar com isso na construção de seus debates. A primeira revista teórica que surgiu no POSDR foi a *Zariá* (“Aurora”), dirigida por Vladimir Lênin, com apenas quatro números, editada em Stuttgart, na Alemanha, entre 1901 e 1902. Os artigos da *Zariá* se destinavam a complementar e aprofundar teoricamente o que era trabalhado no jornal do POSDR naquele momento, complementando o jornal partidário *Iskra* (“Centelha”).

Foi no período da *Zariá* que Lênin escreveu *O Que Fazer?*, brochura que deu as bases para a construção do Partido de Novo Tipo. Não é à toa que a brochura faz inúmeras referências aos debates em que os autores da *Rabótcheie Dielo* (“Causa Operária”) tentam com-

bater as ideias de Lênin na revista – enquanto a *Zariá* foi o órgão de desenvolvimento teórico inicial do marxismo russo, a *Rabótcheie Dielo* expressava justamente as tendências oportunistas e revisionistas de Eduard Bernstein, mas aplicadas à conjuntura russa.

No Brasil, as revistas teóricas do Partido foram também fundamentais para a disseminação do marxismo e a construção de debates próprios sobre nosso país. Depois de 1947, a revista *Problemas* foi a principal publicação teórica partidária, tendo Carlos Marighella como editor responsável. Nela, circularam textos do próprio Marighella, de Luis Carlos Prestes, Diógenes Arruda, Josef Stálin, Palmiro Togliatti, João Amazonas, entre outros. A decisão de organizar a revista veio também do período de novo ilegalidade do Partido, depois da cassação de seu registro e dos mandatos parlamentares para a Constituinte de 1946. Tendo durado até 1956, expressou inclusive o giro à esquerda do PCB depois do Manifesto de Agosto de 1950.

No entanto, sintomaticamente a partir de Março de 1958 (mês da Declaração que fez a “autocrítica do esquerdismo” de 1950 e sedimentou o giro à direita que desarmou o Partido para o combate posterior à ditadura), o Partido passa a publicar a revista *Estudos Sociais*. Na Introdução ao primeiro número, já se fala que o marxismo anterior no Brasil seria “fechado e dogmático”, o que foge completamente à realidade da própria revista *Problemas* e das publicações de dirigentes e in-

telectuais marxistas como Octávio Brandão, Astrojildo Pereira, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

Nos anos 1980, a revista *Novos Rumos* foi o palco das discussões teóricas partidárias. Retomando o nome de um jornal semanal do Partido dos anos 1950 e 1960, a *Novos Rumos* foi relançada em 1986 e, como seu próprio nome aponta, era o principal veículo do processo de transformação eurocomunista e liquidacionista no seio do PCB. As visões da famigerada *Alternativa Democrática para a Crise Brasileira* (1984), publicação do CC do PCB que sedimentava o reformismo no seio do Partido, estavam expressas na *Novos Rumos*.

A Reconstrução Revolucionária, iniciada em 1992, rompeu com esse caminho, mas foi apenas em 2009 que foi reorganizada a revista teórica partidária, batizada de *Novos Temas*. Como parte dos desvios academicistas que foram se desenvolvendo no seio do Partido, a *Novos Temas* prezava mais por debates advindos da academia (contando inclusive com acadêmicos do marxismo nacional e internacional), mas dialogava pouco com a construção de uma revista pensada no aprofundamento teórico e no desenvolvimento da unidade ideológica necessária para um partido marxista-leninista. A *Novos Temas* não teve mais nenhum número depois do acirramento da luta interna do PCB que culminou no XVI Congresso, em 2021.

O PCBR atualmente está nas preparações para o lançamento de uma nova revista teórico-política para suprir essa ausência de quase cinco anos. O papel da revista teórica para um Partido Comunista é o de aprofundar os debates, discussões, temas de desenvolvimento científico sob o marxismo-leninismo, não como uma formulação acadêmica, mas como guia para a nossa ação. Essa rica história do movimento comunista internacional demonstra, como aponta Lênin, que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, e que é papel da vanguarda proletária desenvolver as iniciativas para a preparação ideológica dos quadros e das bases do Partido. Neste 25 de março, podemos olhar para os 106 anos de construção do Partido Comunista em nosso país e dar firmes passos na retomada desse instrumento.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o
formulário
através do QR
Code:



Sindical

Bancos lucram bilhões, fecham agências e adoecem a categoria: é hora de romper com a conciliação e reorganizar a luta bancária

Enquanto os grandes bancos acumulam lucros históricos, os bancários enfrentam fechamento de agências, demissões, metas abusivas e uma epidemia de saúde mental. Essa contradição escancara o caráter da ofensiva do capital financeiro no Brasil e coloca uma tarefa urgente para a categoria: reorganizar sua luta de forma independente e classista.

A ofensiva do capital financeiro contra os bancários atingiu um novo patamar. Sob o discurso da readequação ao mercado, os grandes bancos vêm implementando uma reestruturação produtiva brutal, marcada pelo fechamento em massa de agências, demissões sistemáticas, terceirização e intensificação extrema do trabalho. O resultado é um quadro generalizado de precarização, insegurança e adoecimento.

Em 2024, os cinco maiores bancos do país, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander, registraram, juntos, lucros superiores a R\$140 bilhões. Trata-se de um resultado histórico, obtido não por ganhos reais de produtividade, mas pela intensificação da exploração da força de trabalho bancária e pela ampliação da transferência de renda dos trabalhadores para os acionistas, confirmando o caráter parasitário e concentrador do sistema financeiro nacional.

Essa riqueza obscena contrasta com a realidade cotidiana da categoria. Metas abusivas, jornadas estendidas, assédio moral, pressão psicológica e ameaça permanente de demissão e descomissionamento compõem o cotidiano dos bancários. A lógica é clara: extrair o máximo de trabalho do menor número possível de trabalhadores, reduzindo custos, destruindo direitos e ampliando a margem de lucro, num brutal processo de superexploração.

A face mais visível dessa reestruturação é o fechamento em massa de agências bancárias. Nos últimos dez anos, mais de 7 mil unidades foram encerradas em todo o país. Apenas entre 2019 e 2024, os bancos privados fecharam mais de 3 mil agências, sobretudo em bairros populares, periferias e pequenas cidades, o que acaba aprofundando a exclusão bancária da população mais pobre e concentrando ainda mais o atendimento em poucas unidades, lotadas, sobrecarregando violentamente os trabalhadores remanescentes. Cada agência fechada significa menos funcionários para atender a mesma demanda, resultando em filas intermináveis, pressão crescente e intensificação do ritmo de trabalho, gerando mais adoecimento e mais lucros para os acionistas.

Na prática, os bancos utilizam a tecnologia como instrumento de demissão em massa. O atendimento digital, os caixas eletrônicos, os aplicativos e as plataformas online servem para justificar cortes de pessoal, enxugamento de quadros



Foto: Alternativa Bancária/Reprodução

e aumento da pressão sobre quem permanece. O resultado imediato é a sobrecarga extrema dos funcionários, a imposição de metas cada vez mais inalcançáveis e a naturalização de práticas sistemáticas de assédio moral. A digitalização, sob controle do capital financeiro, transforma-se em arma de classe. O desempenho é monitorado em tempo real, com rankings expondo os trabalhadores à humilhação, metas absurdas e o medo da substituição, que pode ocorrer por algoritmos, por terceirizados ou por outros colegas, funcionando como mecanismo disciplinador permanente.

O fechamento de agências vem acompanhado da ampliação acelerada da terceirização. Funções bancárias tradicionais estão sendo transferidas para *call centers*, correspondentes bancários, *fintechs* e empresas terceirizadas, onde predominam salários rebaixados, contratos precários, jornadas extenuantes e quase nenhuma proteção trabalhista, criando uma cadeia de exploração ampliada que fragmenta a categoria, amplia o exército industrial de reserva, fortalece o poder patronal e enfraquece a capacidade de resistência. Trata-se de uma estratégia consciente de destruição da força coletiva dos bancários, típica da ofensiva neoliberal e da financeirização da economia.

O impacto dessa ofensiva sobre a saúde dos trabalhadores é devastador e produziu uma verdadeira epidemia de adoecimento mental. Dados da Previdência Social e dos sindicatos indicam que os afastamentos por transtornos mentais (depressão, pânico, *burnout*, ansiedade) na categoria cresceram 168% em dez anos e cerca de 25% dos bancários se afastaram por transtornos mentais em 2025.

No entanto, essa ofensiva patronal só avança com tamanha pro-

fundidade porque encontra uma política de conciliação no interior do movimento sindical. As direções majoritárias, hegemônicas pela CUT, vem substituindo a mobilização pela “negociação” permanente, transformando as campanhas salariais em rituais burocráticos e greves em atos simbólicos incapazes de pressionar os bancos. Ao aceitar os limites impostos pelo capital e pelo Estado, esse sindicalismo transforma o sindicato em gestor do conflito e não em instrumento de luta.

É como resposta a esse esgotamento que avança, em diversas regiões do país, a reorganização da oposição bancária classista, impulsionada por militantes combativos da categoria e com papel destacado do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Essa oposição não surge apenas com chapas eleitorais, mas como expressão política da experiência concreta da categoria e da necessidade de romper com décadas de conciliação que desarmaram os trabalhadores diante da ofensiva do capital financeiro.

Essa oposição defende a unificação dos bancários, combatendo a fragmentação imposta pelos bancos por meio da terceirização, diferenciação salarial e destruição de direitos. Trabalhadores que exercem as mesmas funções recebem salários distintos e possuem direitos diferentes, de acordo com o momento em que foram contratados. Essa lógica divide a categoria, enfraquece a solidariedade e reduz o custo do trabalho. A oposição bancária afirma que não há saída possível sem a defesa da isonomia salarial e da unificação de direitos, como condição básica para reconstruir a solidariedade de classe.

No centro dessa luta está também o enfrentamento ao adoecimento e às condições de trabalho. A epidemia de transtornos mentais

na categoria não é resultado de fragilidades individuais, mas consequência direta de um modelo de gestão. Combater essa lógica exige organização coletiva, ruptura com a naturalização do sofrimento e enfrentamento direto às metas inalcançáveis impostas pelos bancos.

Outro elemento central dessa posição política é a crítica à lógica de carreira imposta pelos bancos. A ausência de critérios transparentes, o uso dos cargos comissionados como mecanismo de coerção e a instabilidade permanente transformam promoções em moeda de troca e instrumento de controle. Da mesma forma, a centralidade da renda variável, como PLR, PDG e gratificações, serve para mascarar salários rebaixados e retirar direitos históricos, aprofundando a competição individual e enfraquecendo a organização coletiva. Enfrentar essa lógica significa defender salário como direito e não como prêmio condicionado à submissão.

Ao sustentar essas posições, a oposição bancária classista reafirma que a luta da categoria não pode ser reduzida a uma soma de reivindicações econômicas isoladas. Os bancários não são um setor apartado da sociedade, mas parte orgânica da classe trabalhadora brasileira, inseridos em uma engrenagem de exploração que atravessa toda a economia. Sua luta está intrinsecamente ligada às demais lutas contra a precarização, a destruição de direitos e contra o próprio capitalismo.

A ofensiva do capital financeiro não será detida por mesas de negociação, acordos frágeis ou discursos moderados. Ela só poderá ser enfrentada por uma reorganização profunda da categoria, capaz de romper com o sindicalismo de conciliação e reconstruir uma alternativa classista e combativa em âmbito nacional.

Diante de lucros bilionários, fechamento em massa de agências, destruição de empregos e adoecimento generalizado, impõe-se uma escolha histórica aos bancários: ou reorganizam sua luta pela base, ou continuarão pagando, com sua saúde, seus direitos e suas vidas, a conta da acumulação capitalista.

A reconstrução da oposição classista e o trabalho político do PCBR apontam um caminho concreto. Cabe agora ampliar, consolidar e nacionalizar essa resistência, transformando-a numa força organizada capaz de enfrentar o poder do capital financeiro no Brasil e recolocar a categoria na linha de frente das lutas da classe trabalhadora.

Cultura e Movimentos Sociais

8 de março e a luta das mulheres trabalhadoras

Para além do que se vê nas propagandas comerciais, o 8 de março é um dia que tem suas origens como parte orgânica da luta da mulher trabalhadora contra a exploração capitalista, e a busca pela superação das desigualdades de gênero, tendo sido proposto como data de luta por Clara Zetkin, comunista alemã, para a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910. Atualmente enfrentamos diferentes ofensivas da burguesia que vem renovando e intensificando o grau de ataque às condições de vida das mulheres – cis e trans – especialmente negras, indígenas, ribeirinhas, migrantes, pessoas com deficiências (PcDs), LBTs e dos países dependentes e colonizados, ou em ataques imperialistas, como o genocídio do povo palestino.

Desde o início, a exploração da força de trabalho feminina está fundada na divisão do trabalho. As primeiras lutas das mulheres trabalhadoras, quando do início da separação entre um movimento feminista burguês e um operário, eram pelo direito ao próprio trabalho, como forma de romper com a subordinação imposta pela dependência econômica dos pais e maridos. Mesmo com o desenvolvimento do capitalismo e a incorporação das mulheres aos postos de trabalho, a desigualdade segue existindo na condição de dupla jornada, ou seja, do trabalho reprodutivo, e reforçada por meio da cultura, da religião, da mídia e das instituições. A ideia que a mulher “complementa” a renda, de que seu trabalho é secundário ou de que sua principal função é reprodutiva, constitui um mecanismo ideológico que mantém salários mais baixos, jornadas duplas e uma base de violências.

No contexto de vida da classe trabalhadora as mulheres mães solas e chefe de famílias se tornam um exemplo de como essa ideologia de subordinação cumpre seu papel: mesmo sendo a provedora do lar, as mulheres trabalhadoras, muitas delas negras, continuam sendo tratadas como “mão de obra complementar”. Os empregos direcionados a elas tendem a estar concentrados em setores historicamente precarizados, como trabalho doméstico, comércio informal, limpeza e asseio, serviços terceirizados e cuidados. Essa posição não é acidental, parte de uma herança escravocrata que destinou às mulheres negras ao trabalho reprodutivo e de cuidado, mantendo-as em uma posição de subalternidade econômica.

No Brasil, essas contradições se expressam de forma particularmente aguda e o desenvolvimento do capitalismo e das lutas contemporâneas não colocam as mulheres em melhores condições. Ainda sob a lógica do trabalho “complementar”, as mulheres seguem recebendo em média 21% a menos do que os homens, mesmo sendo arrimo de família em milhões de casos.

A principal luta operária da



Foto: Franthesco Fioravanzo/Jornal O Futuro

atualidade, pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, é, nesse sentido, a melhor arma para a unificação do movimento de mulheres trabalhadoras com o movimento operário em geral. Diminuir a jornada de trabalho é uma luta histórica do movimento operário e feminista, e as vitórias possíveis dessa batalha não apenas reduzem em geral a jornada de trabalho, como abrem espaço para tempo de socialização, estudo e lazer.

É claro que isso não resolve o problema: sabemos que as contradições do capitalismo também tendem a empurrar as mulheres trabalhadoras, mesmo que sob uma futura escala 4x3, com 30h semanais, para aumentar o tempo despendido nos cuidados familiares, ou seja, no trabalho reprodutivo. Na história do movimento feminista, foram as comunistas as primeiras a apresentar como base fundamental da emancipação da mulher que o trabalho reprodutivo seja socializado, destruindo a base material sobre a qual a burguesia e a pequena-burguesia levantam suas ideologias machistas. No Programa do PCBR, colocamos como uma das bandeiras de luta “A construção, reabilitação e destinação funcional de edificações que não cumpram sua função social para moradias, creches, equipamentos educacionais e de saúde, esporte, lazer e cultura, refeitórios e lavanderias estatais e demais serviços públicos, com investimentos públicos e capacitação suficientes às necessidades populares, em todos os bairros”.

Também devemos lembrar que

não são todas as mulheres que estão conosco nessa batalha. As feministas burguesas, desde seu surgimento no século XVIII, representaram um lado oposto da luta das trabalhadoras. Seus interesses são da emancipação jurídica e cultural das mulheres em geral, mas de manutenção da exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores. Quando vemos mulheres da burguesia sendo alçadas a exemplos de mulheres ativas na política – desde Margareth Thatcher a Simone Tebet –, devemos ser a primeira voz a denunciar a falsidade dessas posições. A unidade das mulheres trabalhadoras com as burguesas representa apenas a ilusão de um interesse comum, enquanto a unidade entre trabalhadoras e trabalhadores representa a força motriz para derrotar o capitalismo e as formas de opressão da mulher.

Enquanto o capital for a força dominante da sociedade, a mulher trabalhadora continuará sendo convocada a produzir riqueza em troca da sua vida, pois a emancipação concreta implica alterar as bases econômicas que sustentam as desigualdades, e elas só desaparecerão com o fim do modo de produção capitalista. Significa compreender que a emancipação da mulher não se alcança com reformas pontuais ou de representatividade simbólica, não se trata de escolhas individuais, mas só pode ter solução final com a derrota da dominação burguesa e com a construção do socialismo-comunismo.

Em contextos de guerra e conflitos armados, sejam as guerras imperialistas no cenário internacional, sejam os conflitos sociais e

a militarização cotidiana vivida nas favelas e periferias do Brasil, as mulheres estão entre as principais vítimas. Elas enfrentam deslocamentos forçados, violência sexual e perda de meios de subsistência, enquanto assumem o papel central na reconstrução da vida comunitária. O militarismo, expressão extrema da disputa por mercados e recursos, aprofunda a exploração e a opressão. A emancipação feminina, portanto, é também uma luta contra a lógica da guerra e da acumulação que a alimenta. Ao reivindicar igualdade material, socialização do cuidado e poder político, as mulheres trabalhadoras apontam para uma reorganização profunda da sociedade, uma revolução que transforma não apenas seu papel econômico, mas o próprio sentido da vida coletiva. O começo do processo revolucionário na Rússia, há mais de cem anos, foi um conjunto de manifestações do 8 de março (fevereiro, no calendário russo antigo) que terminaram com a derrubada do czar e com a instauração da república democrática, conhecido como Revolução de Fevereiro.

Entendemos que a emancipação da mulher não se restringe a avanços jurídicos, ou até mesmo conquistas isoladas de direitos, mas sim, em uma mudança radical em sua posição social, que só pode ser alcançada no socialismo. Quando as mulheres trabalhadoras se organizam, elas desafiam não só o machismo cotidiano, como também as bases estruturais que dão alicerce a exploração de classe, enfrentando o racismo, a LGBTfobia, poderemos romper com as opressões que hoje se manifestam de forma dolorosa na vida das mulheres trabalhadoras.

Diante das ofensivas capitalistas, é dever de todas as trabalhadoras e trabalhadores construir o conjunto de lutas feministas contra as violências patriarcais. Sendo reconhecidas como seres humanos com direitos de decidir sobre seus corpos, reivindicando a legalidade do aborto e controle sobre a maternidade, podendo escolher quando ter ou não filhos e em quais condições, sem o controle moral imposto. Possibilitando ainda o acesso à educação sexual, métodos contraceptivos, com ampla disponibilidade de creches e escolas do ensino infantil.

Nossa luta não se encerra em nossa delimitação geográfica nacional, ela permanece em consonância aos movimentos de solidariedade internacionalista, pois não poderemos celebrar e agir livremente enquanto houver mulheres do proletariado, suas crianças, e demais companheiros tendo suas vidas ceifadas. Neste momento, nossas bandeiras de luta estão erguidas em defesa da unidade de toda a classe trabalhadora, e para o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, estaremos nas ruas, nos sindicatos, e nos nossos locais de trabalhos, realizando o chamado para lutar contra a burguesia de todos os países.

Segurança Pública

Brasil encerra 2025 com recorde de feminicídios em cenário de avanço da violência de gênero

O país registrou um número recorde de feminicídios: 1.548 casos. Uma alta de 3,61% em relação a 2024. Desde a tipificação do crime, em 2015, o aumento é de 189,9% nas vítimas e de 696% nas tentativas de feminicídio

O Brasil registrou, em 2025, um número recorde de feminicídios. Segundo os dados consolidados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foram registrados 1.548 casos de feminicídio em todo o país. O número representa uma alta de 3,61%, em relação ao ano de 2024, nos casos identificados em todos os Estados do país.

A sistematização dos dados de feminicídios no país foi iniciada com a tipificação do crime, realizada em 2015, reconhecendo a especificidade de crimes de assassinato de mulheres por discriminação de gênero. Após pouco mais de uma década, entretanto, o cenário no país segue sendo o de uma elevação consistente nos números de violência de gênero contra as mulheres.

No primeiro ano de registros a taxa de vítimas por 100 mil mulheres foi de 0,66%, o que expressava o número de 534 mulheres vitimadas. Em 2025 a taxa foi elevada à máxima histórica de 1,42 vítimas por 100 mil mulheres. Nos deparamos, nesse mesmo período, com um crescimento de 189,89% no registro anual de feminicídios no país. Nos registros das tentativas de feminicídio, novamente entre 2015 e 2025, a elevação é ainda mais expressiva: 696,04%.

Como apontado em matéria d'O Futuro, o perfil mais recorrente das vítimas de feminicídios no país, com dados de 2024, era de "mulheres negras (63,6%), de 18 a 44 anos (70,5%), que são mortas dentro de casa (64,3%) por seus companheiros ou ex-companheiros (79,8%), que utilizam de arma branca (48,4%) ou arma de fogo (23,6%) como instrumento do crime". Longe de os números de 2024 terem sido um "ponto fora da curva", esse direcionamento da violência de gênero é uma constante histórica em nosso país.

O avanço recente obtido na sistematização dos dados sobre feminicídios auxilia na explicitação do tema nos debates do movimento feminista. Isto, pois, apesar da tendência crescente em tais números já identificados, a subnotificação dos dados relativos a violência de gênero no país segue não podendo ser ignorada.

São diversos os elementos que jogam peso nesse quesito. Dentre eles, costuma ser mais citado o medo de novos episódios de violência – como resposta do agressor frente à denúncia. Contudo, a dependência financeira em relação ao agressor, variadas formas de violência psicológica, que reforçam o medo e a dependência emocional, e a pressão social pela manutenção

da relação, baseada no discurso reacionário de "defesa da família", reforçam o cenário de subnotificação das violências.

As dificuldades enfrentadas por familiares das vítimas na qualificação dos assassinatos por discriminação de gênero enquanto feminicídio seguem se impondo, como também os processos de revitimização, seja pelo judiciário ou pelos atendimentos mais imediatos em delegacias de polícia, das mulheres que sobrevivem às ameaças, violências diversas e tentativas de feminicídios.

A compilação dos dados acerca dos feminicídios, e a respeito da violência de gênero em geral, são importantes e apontam uma tendência bastante nítida, mas resumir o debate exclusivamente à temáticas de segurança pública é um erro que não pode ser cometido por quem busca combatê-los. A perspectiva punitivista, que aposta exclusivamente nas medidas policiais e judiciais, tende a reforçar os instrumentos de violência estatal sobre a classe trabalhadora e aprofundar as desigualdades materiais que vulnerabilizam as condições de vida das mulheres.

O punitivismo e a defesa da vida das mulheres

Nas últimas duas décadas, o sistema político burguês no Brasil vem avançando sobre uma base constituída a partir de uma miríade de "soluções de força" nos temas da segurança pública. E o isolamento desses debates é essencial para a sua captura por interesses burgueses muito bem definidos.

As respostas rápidas que ganham muita tração no Congresso Nacional, e também no senso comum, tendem, na maioria das vezes, a serem pautadas com bastante

força por lobbys empresariais, junto a bancadas diversas. Como grande exemplo, no período recente, temos o avanço no encarceramento e na privatização de presídios no Brasil, que caminham junto aos interesses de empresas privadas que prestam serviços no sistema prisional – principalmente de alimentação e limpeza/asseio – e das que buscam assumir a gestão e o orçamento de novas unidades prisionais. Outro exemplo relevante de lobby impulsionador das tais "soluções de força" no Congresso é o das fabricantes de armas e munições no país, como a Taurus e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), que buscam, na realidade, ampliar mercado e reduzir quaisquer normas de fiscalização e controle sobre seus produtos.

Os lobistas à serviço do capital monopolista impulsionam suas agendas, financiando bancadas e produzindo leis a serem aprovadas pelas mesmas, não para a resolução de questões no interesse da maioria trabalhadora. Tomar esse rumo poderia, no limite, acabar com a própria necessidade de seus serviços e produtos. O objetivo real é garantir uma gestão dos dramas vividos pela classe trabalhadora no interesse da lucratividade de seus balanços anuais nas próximas décadas.

Elementos progressivos que por vezes são conquistados através da luta de movimentos populares, e efetivamente melhoram condições materiais de vida de trabalhadores e trabalhadoras, tendem ao descarte pelos operadores da política das classes dominantes ou ao esvaziamento de seu potencial concreto. Tal esvaziamento pode assumir diversos caminhos, mas no tema da violência de gênero isso toma contornos bastante definidos na tentativa de cercar o tema exclusivamente sob o aspecto da segurança,

tornando-o um "assunto de polícia" ou de justiça no país onde quanto mais polícia temos, mais mortes são produzidas nas periferias.

Paralelamente ao isolamento desse tema, em meio a política que busca gerir a ordem burguesa, visualizamos orçamentos como o do Ministério das Mulheres (R\$ 377 milhões) e do Ministério da Igualdade Racial (R\$ 203,4 milhões) sendo construídos com valores simbólicos, vide o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 sancionado por Lula, e pautas que garantiriam controle reprodutivo às mulheres são recorrentemente abandonadas após os períodos eleitorais.

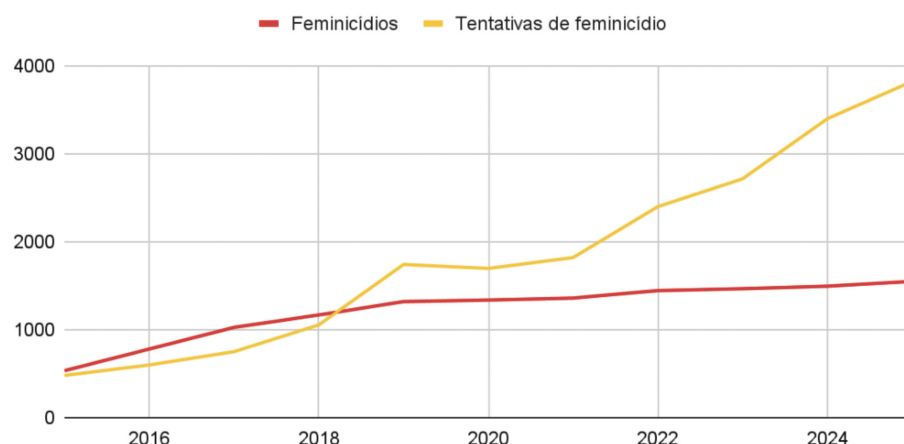
Aceitar que o debate seja encaminhado dessa forma é conciliar com um processo social que violenta e ceifa vidas de mulheres e meninas aos milhares todos os anos. Nesse rumo, são ignorados os temas e contribuições integrados aos campos da política e da economia que podem gerar renda, emprego, proteção à vida, garantia de educação formal e maiores possibilidades, já no momento imediato, para a superação de situações de dependência econômica e vulnerabilidade social, que agravam de sobremaneira as situações de violência que recaem sobre as mulheres.

Na prática, o isolamento do tema à uma questão de segurança pública abre caminho as "soluções de força" como um negócio lucrativo, garantindo margem para a expansão de mercados de venda de serviços de segurança privada e de tecnologia de vigilância, construção e privatização de presídios, fortalecimento da indústria armamentista, ganho de posições das corporações policiais e militares na gestão burguesa da ordem e o disciplinamento da classe trabalhadora.

O direito à segurança e à vida das mulheres fica em segundo plano em meio à ascensão do pânico moral e das políticas de controle social sobre a classe trabalhadora. É necessário o entendimento de que a condescendência do judiciário e do sistema político com a misoginia é uma expressão concreta das formas de controle sobre as mulheres e meninas. Mais do que ceder ao sensacionalismo e ao tratamento moralista de questões sensíveis, o combate à violência de gênero não é questão a ser superada apenas com sanções, mas deve seguir explicitando questões como o caráter doméstico dessa violência e as diversas implicações das vulnerabilidades sociais sobre a permanência desse cenário.

A expansão dos interesses burgueses pela via do punitivismo e do militarismo, que busca res-

Feminicídios e tentativas de feminicídio no Brasil (2015-2025)



Fonte: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Gráfico: Jornal O Futuro

ponder à exacerbação das contradições do capital – no plano interno – sempre com o avanço de formas de disciplinamento dos trabalhadores e de manutenção das estruturas de opressão de gênero e raça, é o aprofundamento do cenário que gera as violências gênero. É essa mesma lógica de controle que retorna, ainda mais fortalecida, ao debate público buscando o controle sobre os corpos das mulheres trabalhadoras que foram, e seguem sendo, vítimas da violência misógina.

Desigualdades sociais e econômicas intensificam a violência contra a mulher

Segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde, a violência doméstica e a violência sexual, cometidos por um parceiro ou não, são as principais formas de violência contra a mulher. Juntas, elas atingem 1 a cada 3 mulheres no mundo.

Nas duas situações, os principais fatores de risco são baixo nível de acesso à educação; histórico de violência na família, incluindo casos de violência ou abuso na infância; abuso de álcool; acesso restrito das mulheres ao trabalho assalariado; e baixos índices de igualdade de gênero, como desigualdade perante à lei ou status social diferente para homens e mulheres.

Para a violência doméstica em específico, outro fator de risco ainda é a tendência de comportamentos controladores por parte do homem. Nos casos de violência sexual, a crença no ideal de honra familiar e pureza sexual, ideologias de dominação masculina e sanções legais fracas à violência são fatores de risco complementares.

Há outros fatores além disso. Meninas submetidas ao casamento infantil são particularmente vulneráveis à violência doméstica. A principal causa do casamento de meninas é a gravidez precoce, muitas vezes com o próprio abusador. Há uma relação direta também entre altos índices de violência de gênero e restrição do acesso ao aborto, apontado por uma série de estudos. Nos Estados Unidos, observou-se um aumento de casos de violência doméstica a partir da maior restrição do acesso ao aborto, bem como um índice maior de homicídios contra grávidas, cometidos pelos próprios parceiros.

No Brasil, as pesquisas apontam a mesma tendência observada a nível global. A coleta sistemática de dados sobre violência doméstica começou há cerca de 20 anos, com a aprovação da Lei Maria da Penha. Uma pesquisa do DataSenado aponta um crescimento em torno de 10% no número de mulheres que sofreram violência doméstica nos últimos 10 anos.

O estudo traz ainda algumas análises da percepção e opinião pública sobre o tema, que apontam para um cenário diferente da realidade. Apesar das pesquisas indicarem uma maior tendência da violência dentro de casa, em 2025 apenas 21% dos entrevistados consideraram que a família era o lugar onde a mulher era menos respeitada, contra 24% que

consideravam o trabalho o maior espaço de desrespeito e 49% a rua. Em 2011, esses índices eram, respectivamente 36%, 21% e 38%.

Outros dados da pesquisa de opinião demonstram uma estabilidade em perguntas como quão machista o país é, um apontamento para percepção de crescimento da violência doméstica desde 2017 e o fato de que a maioria das pessoas conhecia alguém que já sofrera violência doméstica. As diferentes opiniões e seu contraste com a realidade apontam que, embora haja uma percepção geral do crescimento da violência doméstica, ela ainda é subestimada, na consciência média da população, quando comparada a seu peso na realidade. Além disso, a rua é vista como maior fonte dessa violência, mesmo que os maiores índices de violência contra a mulher venham de dentro de casa. Considerando as respostas afirmativas de quem disse sofrer violência doméstica, todos os tipos de violência (violência sexual, psicológica, moral, física ou patrimonial) apontam para uma tendência de crescimento.

A pesquisa brasileira aponta, em geral, para as mesmas tendências dos estudos internacionais. 56% das mulheres que sofreram violência têm renda familiar de até 2 salários mínimos; 54% não realizavam nenhum trabalho remunerado, enquanto que a maioria da população feminina (52%) no Brasil está inserida no mercado de trabalho. As faixas etárias apontam também para uma tendência de mulheres jovens como principal grupo de risco, mas a segunda posição surpreende: mulheres com mais de 65 anos eram o segundo grupo com maior número de vítimas.

Dependência econômica, vulnerabilidade social, falta de controle reprodutivo, menos escolaridade e menos igualdade em direitos são agravantes da violência contra a mulher, no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, a maioria das mulheres nessas posições de vulnerabilidade são mulheres negras.

Os muitos fatores que influenciam a violência de gênero apontam para a multiplicidade de políticas públicas necessárias ao seu combate, para além apenas da segurança. Acesso à renda, à educação formal, à legalização do aborto e outros métodos contraceptivos, o aumento da igualdade de direitos e o combate à violência na infância aparecem como medidas necessárias à redução das violências. As políticas públicas para combate ao problema da violência de gênero não se restringem, então, apenas à segurança pública.

Medidas como a revogação do arcabouço fiscal, garantindo o investimento em saúde, educação e assistência social; políticas de fomento ao pleno emprego, com criação de vagas de emprego formal e de qualidade; políticas de socialização das tarefas domésticas, como restaurantes e creches públicas; controle reprodutivo, do acesso à educação sexual e métodos contraceptivos e à legalização do aborto – são políticas públicas de uma série de áreas que aparecem como importantes para o combate do problema em suas raízes.

Internacional

Toda solidariedade ao povo iraniano: Contra os ataques criminosos dos EUA e de Israel!

O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário vem a público denunciar os ataques militares dos EUA e Israel contra o Irã e expressar nossa solidariedade ao povo iraniano. Os ataques feitos no sábado, 28 de fevereiro, são um novo episódio das ameaças dos EUA e de Israel contra o governo iraniano, construindo um ato de guerra deliberado que pode incendiar toda a região do Oriente Médio e da Ásia Central.

Os resultados do ataque foram bastante significativos, em termos de impacto civil e no ataque a lideranças iranianas. Já estão confirmadas as mortes de diversas figuras centrais do governo iraniano e inclusive do Líder Ali Khamenei. Além disso, o ataque sionista, que atingiu uma escola feminina, já tem mais de 100 estudantes confirmadas como mortas. O governo iraniano retaliou aos ataques com bombardeios em outros países, aliados dos EUA e de Israel, sobretudo nas bases militares estrangeiras.

Esses ataques se inserem no contexto mais geral das disputas interimperialistas em escala global, com o polo dos EUA-UE-OTAN-Israel buscando uma ofensiva para retomar o controle sobre pontos centrais no Oriente Médio e Ásia Central e impedir as iniciativas do bloco China-Rússia de influência na região e do próprio governo iraniano.

Não devemos ter qualquer ilusão sobre o papel do governo iraniano, que não tem qualquer compromisso com a classe trabalhadora, nem com um suposto “anti-imperialismo” – o Irã é um regime burguês, marcado por uma aristocracia clerical como grupo governante. Tampouco podemos deixar disseminar a posição de que esses ataques seriam corretos, para “levar a democracia” ao Irã ou conter o seu arsenal nuclear – essa é a já caricata retórica do grande capital estadunidense para quando quer expandir seus interesses para alguma região. Já expressamos essa avaliação quando do último bombardeio contra o Irã. A tarefa de derrotar o governo dos aiatolás é da classe trabalhadora e das camadas exploradas e oprimidas do Irã e não do imperialismo estadunidense.

A tática do bloco EUA-UE-OTAN-Israel é de produzir trocas de regime por governos fantoche, ligados ao capital estadunidense, que possam fazer frente aos interesses do capital chinês na região. Casos como o da Síria demonstram que essas intervenções estrangeiras somente levam à devastação nacional, fragmentação territorial e aprofundamento da exploração. Nenhum desses polos representa os interesses objetivos dos trabalhadores e do povo iraniano. Apesar disso, não consideramos que o ataque ao Irã é uma *guerra inter-imperialista* e, ao contrário, consideramos que a defesa da soberania iraniana contra a intervenção estrangeira é justa e que seus esforços militares defensivos são absolutamente justificados.

Esse ataque reforça o que já vínhamos delineando: existe uma agudização das expressões militares dessas disputas interimperialistas na Ásia em geral e esse processo leva os países cada vez mais no rumo da guerra imperialista generalizada, que só pode ter como consequência a matança generalizada de trabalhadores por outros trabalhadores. Neste momento, a escalada militar subsequente à agressão inicial ampliou esse risco objetivo da generalização do conflito por toda a região.

O governo brasileiro segue desempenhando um papel de apoio ao bloco imperialista ocidental. Mesmo condenando, em palavras, o ataque, se recusa a romper laços diplomáticos, econômicos e militares com Israel. É papel da classe trabalhadora denunciar essa posição covarde e exigir o rompimento desses laços imediatamente.

Diante disso, defendemos o fim imediato dos ataques e de toda agressão contra o Irã e reafirmamos a defesa da soberania nacional iraniana frente à intervenção estrangeira. A solidariedade ao povo iraniano e às forças que lutam contra a agressão externa e pela transformação social de seu país deve ser apoiada e impulsionada por toda a classe trabalhadora, a juventude e os movimentos populares no Brasil, comprometendo-se a construir mobilizações contra a guerra imperialista.

A luta contra a agressão imperialista deve ser inseparável da luta contra o capitalismo que a produz. Somente a luta organizada da classe trabalhadora pode abrir caminho para a verdadeira paz e para a emancipação dos povos sob o socialismo-comunismo.

Comissão Política Nacional

01 de março de 2026

Sindical

Avanço da PEC do fim da escala 6x1 no Congresso não garante redução da jornada nem aprovação em 2026

Desde a mobilização nas ruas até a tramitação da PEC no Congresso Nacional, a luta pelo fim da escala 6x1 revela os conflitos entre os interesses estratégicos da classe trabalhadora, os cálculos meramente eleitorais dos setores reformistas e o reacionarismo burguês diante da possibilidade de ampliação de direitos trabalhistas.



Ato pelo fim da escala 6x1 realizado em fevereiro de 2025, em frente ao Terminal da Parangaba, Fortaleza (CE). Foto: Jornal O Futuro.

Por Caio Andrade

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), finalmente deu andamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala 6x1. O texto que deu origem à PEC nº 8/2025 foi apresentado pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) em fevereiro do ano passado, depois de uma intensa campanha que combinou o uso das redes digitais de comunicação com greves, manifestações nas ruas, em centros comerciais e outros pontos de concentração de trabalhadores.

Após ter sido apensada à PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que reduz a jornada de trabalho para 36 horas semanais em dez anos, o projeto foi enviado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Na sequência, a PEC do fim da escala 6x1 seguirá para uma comissão especial, que poderá fazer mudanças no texto antes de enviá-lo ao plenário.

Com essa movimentação, Motta busca diminuir o desgaste da imagem do Congresso diante da opinião pública, considerando o apelo popular da pauta e o ano eleitoral. Além disso, o presidente da Câmara aproveitou a demora do governo em enviar um projeto próprio sobre o tema à Casa para obter algum protagonismo no debate.

Mas há ainda uma terceira razão que pode ter levado Hugo Motta a destravar a PEC do fim da escala 6x1 antes que o governo Lula enviasse um projeto de lei sobre o assunto: o processo de discussão e

aprovação de uma PEC é mais lento. Durante um encontro com empresários no dia 23 de fevereiro, tanto o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, quanto o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, declararam que não vão economizar esforços para protelar a avaliação da PEC no Congresso, travando a proposta ainda na CCJC.

Além disso, ainda que o texto avance na CCJC, em um ano com Copa do Mundo e eleições, a tendência é a comissão especial se arrastar por vários meses e impedir, na prática, a aprovação definitiva em 2026. Ou seja, pode ser uma armadilha a serviço de grandes empresários, que querem jogar o debate para depois do período eleitoral, quando a preocupação dos parlamentares com a opinião dos eleitores diminui consideravelmente.

Porém, caso a questão seja encaminhada por meio de um projeto de lei do governo, em regime de urgência, como já foi aventado algumas vezes, o processo de tramitação mais célere pode garantir a aprovação ainda no primeiro semestre. No entanto, é importante destacar que, independentemente da forma que o projeto será encaminhado, diversos membros do governo Lula já anunciaram o rebaixamento de pauta em relação à jornada de trabalho, aceitando 40 horas semanais em vez da jornada de 36 horas, e em relação à escala, defendendo 5x2 em vez de 4x3, como previa a PEC nº 8/2025.

Para a classe trabalhadora, que segue sendo submetida às mesmas jornadas desde o final dos anos 1980, tanto a celeridade quanto a

amplitude dos ganhos em termos de condições de trabalho são fundamentais. Nesse contexto, cabe levantar algumas ponderações: primeiro, que a luta contra a escala 6x1 não começou em 2025/2026; segundo, que ao longo dessa luta nos últimos anos, a proposta de 36 horas semanais não foi unânime; terceiro, que a estratégia governista aponta para avanços aquém das possibilidades colocadas pela conjuntura; quarto, que o fim da escala 6x1 não irá “quebrar o país” ou gerar desemprego, como apregoam as campanhas de terror midiático a serviço da burguesia. Esses pontos serão abordados a seguir.

A redução da jornada de trabalho é uma bandeira histórica dos trabalhadores e, pelo menos desde o século XIX, ocupa um papel central nos embates entre burgueses e proletários ao redor do mundo. No Brasil, a última conquista nesse sentido ocorreu com a Constituição de 1988, quando houve a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais. Naquele contexto, o movimento sindical, sob a liderança da Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendia “40 horas já”. Contudo, após o quinto governo petista, o Brasil segue sem avanços nessa pauta, sem que o tema tenha sido de fato priorizado por Lula ou Dilma entre 2003 e 2025.

Com a reestruturação produtiva e a expansão das terceirizações, somada a ataques diretos aos direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista do governo Temer e a Carteira Verde e Amarela do governo Bolsonaro, o proletariado vem sendo submetido a condições

cada vez mais brutais de exploração nas últimas décadas. Apesar da necessidade de dar uma resposta a isso, as dificuldades de organizar e unificar as lutas têm sido imensas.

Em 2022, organizações da chamada esquerda radical, notadamente Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e Partido Comunista Brasileiro (PCB), utilizaram o espaço das eleições para divulgar a bandeira da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Dentro dos limites impostos pela legislação eleitoral burguesa e pelas desigualdades econômicas entre as campanhas da ordem e as campanhas contra-hegemônicas, os referidos partidos buscaram dar destaque à luta pelas 30 horas por meio de suas candidaturas presidenciais.

Mas o tema da redução da jornada de trabalho ganhou maior impulso em 2023, nas redes sociais, com os vídeos de Rick Azevedo criticando a escala 6x1. A partir daí, surgiu o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e foi lançada uma petição online intitulada “Por um Brasil que Vai Além do Trabalho: VAT e Ricardo Azevedo na Vanguarda da Mudança”.

A participação de organizações socialistas e comunistas contribuiu para que a campanha fosse nacionalizada e adquirisse caráter de rua, para além da internet, dos espaços institucionais e de tendências personalistas. Além disso, algumas organizações, como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), enfatizaram a necessidade de lutar pela jornada de 30 horas semanais.

O desenvolvimento da luta pelo fim da escala 6x1 foi notável em 2024: a agitação com jornais políticos e panfletos nos locais de trabalho foi intensificada; o assunto entrou na pauta de diversas categorias em luta, sindicatos e movimentos de trabalhadores em geral; o tema foi central na mobilização de atos nacionais unificados. Por outro lado, também em 2024 os limites do VAT enquanto instrumento de organização da luta ficaram evidenciados.

Sem desconsiderar o importante papel que o movimento cumpriu para alavancar a campanha contra a escala 6x1, o fato é que, por se aferrar a critérios pessoais e institucionais de controle da “marca”, o VAT desperdiçou a oportunidade de se expandir e consolidar um fórum democrático de mobilização de unidade de ação.

Nesse contexto, a partir de uma proposta do PCBR, em diálogo com o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e outras organizações socialistas e comunistas, foi convocada uma Plenária Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e pela Redução da Jornada de Trabalho para janeiro de 2025. A Plenária contou com a participação de mais de mil pessoas e aprovou um calendário nacional de mobilização que apontou o dia 16 de fevereiro como o 3º Dia Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e Pela Redução da Jornada, além da incorporação da pauta nos atos de 8 de março e 1º de maio.

A Carta Aberta aprovada no encontro destacou a greve de uma semana na Pepsico, no final de novembro, as passeatas nacionais e as manifestações em shoppings e supermercados. O texto denunciou a declaração do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, propondo que cada categoria negociasse com sua patronal, e a paralisa das centrais. O documento reafirmou ainda o compromisso com o fim da escala 6x1, defendendo o salário mínimo do DIEESE, o fim da terceirização, a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e o fim do arcabouço fiscal.

Um sinal de alerta foi aceito nos meios governistas. Assim, já no início de fevereiro de 2025, as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular se reuniram e deliberaram pela realização, somente em setembro, de um plebiscito popular sobre a escala 6x1 e a atualização das regras do imposto de renda. Com essa tática, os movimentos sociais e centrais sindicais atreladas ao governo colocaram sua inserção nas massas e aparato a serviço de dois objetivos principais: evitar que o governo perdesse o controle das mobilizações populares e garantir que a luta pelo fim da escala 6x1 fosse adiada.

Quanto a esse segundo objetivo, não se tratava de um mero deslocamento temporal. Na verdade, tratava-se de retirar essa bandeira das ruas, onde poderia ser levantada com independência de classe e servir de exemplo para

novas lutas, para representá-la no ano seguinte, descaracterizada, como bandeira rebaixada e de natureza puramente eleitoral.

Porém, enquanto isso, os governistas contribuíram para que a pauta do movimento popular e sindical fosse ditada pelo Palácio do Planalto, e o que o Palácio do Planalto tinha a oferecer naquele momento era a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais. Somente no dia 1º de maio de 2025 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu dar uma declaração de maior impacto sobre a escala 6x1, durante seu pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão. Mesmo assim, Lula apenas falou em “necessidade de aprofundar o debate... ouvindo todos os setores da sociedade”.

Por um lado, o fato de o presidente citar a escala 6x1 em seu discurso demonstra a força dessa luta, pois foi a mobilização dos trabalhadores que criou um cenário de pressão para que o tema não continuasse sendo ignorado. Ao mesmo tempo, ao entrar no jogo, o governo age para que a discussão seja feita nos seus termos, de acordo com os interesses da frente ampla que representa. Essa é a razão pela qual a política governista não pode levar a luta pela redução da jornada de trabalho até às últimas consequências, explorando ao máximo as possibilidades abertas pelo amplo apoio popular à campanha pelo fim da escala 6x1 e pela aversão crescente das massas em relação ao parlamento burguês.

A burguesia brasileira, por seu turno, já deu início a uma verdadeira ofensiva ideológica, demonstrando que, não importa se as propostas de melhorias das condições de trabalho nesse país são mais ou menos moderadas, ela não está disposta a ceder em absolutamente nada.

Assim como ocorreu com a redução da jornada em 1988 e com a criação do 13º salário, das férias, do salário mínimo, da proibição do trabalho infantil e qualquer outra mudança na legislação que imponha determinados limites à exploração do capital sobre o trabalho, a imprensa capitalista alardeia que a abolição da escala 6x1 vai quebrar a economia, gerar desemprego, aumentar a informalidade etc.

Mantendo uma velha tradição, essa suposta preocupação não passa de terror midiático. Em outras palavras, um engodo para tentar justificar a manutenção do atual estado de coisas. Portanto, da mesma forma que os demais direitos foram arrancados por meio da luta, é possível acabar com a escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho, associada a esse processo, será proporcional ao grau de mobilização da classe trabalhadora, não à capacidade de conciliação de seus falsos representantes. Foi assim em batalhas anteriores e continuará sendo enquanto houver lutas de classes.

Juventude

O Futuro é nosso!

POR UMA UBES INDEPENDENTE DOS GOVERNOS E EM LUTA, CONTRA OS ATAQUES DO CAPITAL À EDUCAÇÃO



Foto: Jornal O Futuro

A União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES) realizará o próximo congresso da entidade entre os dias 16 e 19 de Abril. Convocado a partir da plenária final do 5º Encontro de Grêmios (ENG), o Congresso da UBES (CONUBES) é responsável por eleger a nova diretoria, conselho fiscal e modificar o estatuto da UBES, bem como aprovar as resoluções que irão orientar a próxima gestão. Participam do congresso delegados eleitos em cada escola durante o calendário eleitoral, que iniciou-se com a abertura para inscrição de Comissões Eleitorais no dia 23 de fevereiro.

O 46º CONUBES se realiza em uma conjuntura marcada pelo aprofundamento da crise do capitalismo e seus desdobramentos em ataques à educação pública. A política de austeridade fiscal do governo Lula-Alckmin segue limitando os investimentos públicos e ameaçando o piso constitucional da educação, o Novo Ensino Médio mantém seus fundamentos estruturais, e o avanço da privatização e da militarização das escolas públicas se agrava em diversos estados do país.

A oposição à atual direção da entidade avalia que, nesse contexto, a UBES, entidade histórica de luta dos estudantes secundaristas brasileiros, através de sua direção majoritária, opta pela perda de sua independência política, transformando a entidade em uma correia de transmissão do governo. Na prática, a entidade se reduz a mera comunicadora submissa ao Governo através de Ofícios e fotos, enquanto a “defesa da educação” se dá de forma abstrata, difusa, sem apontar as contradições e responsáveis por esses ataques.

A própria definição de realizar o CONUBES no mês de abril expressa essa mesma lógica: opta-se por um congresso protocolar e acelerado, realizado o mais rapidamente possível, para liberar a direção para aquilo que considera sua tarefa prioritária em 2026, a reeleição do Governo. Em consequência, impõe-se um calendário apertado, que coincide com o início do ano letivo e é atravessado pelo período de carnaval, reduzindo drasticamente o tempo disponível para a mobilização efetiva. Trata-se de um período que poderia ser decisivo caso a prioridade fosse organizar, de forma qualitativa, mais estudantes, grêmios e escolas para participar ativamente do congresso.

No calendário do Congresso, o período para cadastro das Comissões Eleitorais responsáveis pela organização das eleições de delegados em cada escola teve início em 23 de fevereiro e permanece aberto apenas até 4 de março, revelando um prazo bastante exíguo. Ao longo da maior parte do mês de março ocorrerão as eleições de delegados nas escolas, que posteriormente serão credenciados em mesa estadual no dia 7 de abril, consolidando um cronograma concentrado e de difícil mobilização ampla.

Para o PCBR, disputar o 46º CONUBES significa afirmar que a entidade deve manter independência em relação a todos os governos e assumir a tarefa de organizar nacionalmente os estudantes em luta contra o Arcabouço Fiscal, pela revogação integral do Novo Ensino Médio e contra as privatizações, terceirizações e militarizações das escolas. Cabe aos comunistas disputar a linha política da entidade para que a UBES recupere seu vínculo orgânico com as bases, fortalecendo os grêmios estudantis como instrumentos permanentes de organização e mobilização em cada escola.

Para isso, defendemos que o chamado campo da Oposição de Esquerda na UBES estabeleça um debate sobre seu programa político, consolidando uma unidade que vá além de “ser contra a majoritária”, da mera denúncia da burocratização e institucionalização da UBES ou da pura unidade apenas nos momentos congressuais. Estabeleceremos a construção de um programa político e tática comuns, de forma nacionalizada, pensando o congresso, mas para além dele.

Neste período, a União da Juventude Comunista (UJC/PCBR) convida estudantes secundaristas a conhecerem chapas que estejamos participando, a se inteirar e participarem de processos de tiragem de delegados em suas escolas, a lerem e discutirem as Teses da UJC para o 46º CONUBES e a construírem a etapa nacional do congresso da UBES conosco.

Leia as teses na íntegra no site ujcbrasil.com

Internacional

Reforma Trabalhista é aprovada na Argentina

Similar à Reforma Trabalhista brasileira, a proposta aprovada de Javier Milei marca mais uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores argentinos.

Por Filgueira

Em uma tramitação rápida de um pouco mais de duas semanas e com votações durante a madrugada, a Reforma Trabalhista proposta pelo presidente Javier Milei foi aprovada pelo Senado argentino em 27/02. Na primeira votação do Senado, onde se originou, antes de seguir para debate na Câmara, Milei declarou o momento como “histórico” em sua conta no Twitter/X, enquanto cerca de 300 pessoas ficaram feridas e ao menos 30 foram detidas em confronto com a polícia. A repressão policial contra os manifestantes se deu perto do Parlamento, onde havia grupos queimando lixo e pneus. Durante os protestos, alguns manifestantes também lançaram pedras e coquetéis molotov contra agentes da polícia, contêineres de lixo, calçadas e pontos de ônibus. As forças de segurança responderam com gás lacrimogêneo, canhões de jatos d’água e balas de borracha.

Apesar dos tensionamentos na primeira votação do Senado, foi só durante a votação na Câmara que as duas maiores centrais sindicais argentinas — Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) — realizaram paralisações, greves e piquetes em diversos setores da capital, Buenos Aires, e outras cidades do país. Na votação na Câmara, foram negociados cerca de 30 dispositivos que tinham impactos econômicos diretos e imediatos, entre eles redução de indenização para acidentes sofridos fora do ambiente de trabalho e pagamento de parte do salário através de bens e serviços. Os senadores mantiveram as alterações dos deputados e o texto seguiu para sanção presidencial sob ondas de protestos contra a reforma organizada pela Frente Sindical Unida (FreSU).

Depois da crise do capitalismo em 2008, a burguesia mundial preparou uma ofensiva em diversos países, buscando retomar seus lucros às custas das vidas dos trabalhadores. Assim como o Brasil em 2017, com a Reforma Trabalhista aprovada por Michel Temer, que veio junto a uma série de outras contrarreformas nos anos seguintes, como da previdência, do ensino médio, além do teto de gastos (aprofundadas pelo arcabouço fiscal do Haddad), a Argentina não foi uma exceção e vem sofrendo nos últimos anos, sobretudo sob o governo Milei, uma série de reformas antiope-rárias que demonstra os interesses do capital de assegurar maiores lucros para a burguesia enquanto ataca as condições de vida da classe trabalhadora.

A reforma trabalhista da Argentina é o ataque mais recente.

Sob o pretexto de “facilitar o investimento e a criação de empregos”, a reforma enfraquece as condições de trabalho dos proletários, tornando a Argentina um país mais atrativo para o capital estrangeiro ao reduzir os custos de contratação. Apesar das belas promessas, a reforma trabalhista visa eliminar os marcos legais de proteção ao trabalhador. A eliminação desses princípios coloca os trabalhadores em maior desvantagem diante dos detentores dos meios de produção e, com o enfraquecimento dos sindicatos, também atacados pela reforma, há uma tendência de aumento das arbitrariedades dos patrões contra os trabalhadores.

Um dos pontos mais impactantes da reforma é a extensão da jornada de trabalho. Enquanto a lei vigente até então (11.544) estabelecia uma jornada máxima de 8 horas ou uma semana de trabalho máxima de 48 horas, a reforma trabalhista de Milei visa elevar esse máximo legal para 12 horas, privando os trabalhadores do mínimo de descanso e lazer. Isso representa um retrocesso significativo para os direitos da classe trabalhadora, que, na Argentina, conquistou a jornada de 8 horas há quase um século. Apesar dos avanços tecnológicos dos últimos 100 anos, a burguesia busca estender a jornada de trabalho porque não tem o menor interesse na eficiência do trabalho realizado, já que todo o desenvolvimento tecnológico só lhe serve para maximizar os lucros, e não para minimizar a jornada de trabalho.

Para defender uma suposta negociação equânime entre empregador e empregado, a reforma permite que o empregador modifique unilateralmente certas condições de trabalho, mesmo que isso signifique uma mudança prejudicial ao trabalhador, como realocação de setor. Nesse mesmo sentido, o empregador pode intervir em assuntos antes privativos aos sindicatos, o que significa que os patrões podem ter o poder de decidir, entre outras coisas, se/quando as assembleias serão realizadas. Além disso, o direito à greve sofreu um ataque com uma ampliação no rol de serviços essenciais, o que diminui o impacto das paralisações laborais (quando muitos serviços devem continuar funcionando em até 70% de sua totalidade). Na prática, é uma tentativa de coibir a organização sindical dos trabalhadores e a greve.

Não fosse suficiente, a proteção sindical fica enfraquecida, permitindo demissões em resposta a qualquer mobilização que os trabalhadores venham a empreender, autorizando demissões arbitrárias. Essa mudança permite perseguições e restringe os métodos de luta

disponíveis para a classe trabalhadora, uma vez que um número maior de trabalhadores ficaria desprotegido e mais propenso a perder seus meios de subsistência.

Muitos outros ataques estão previstos com a Reforma Trabalhista e, mesmo que a Câmara tenha amenizado alguns poucos pontos, a contradição histórica está ainda latente: não se pode ter qualquer ilusão com as instituições burguesas, mesmo que sob a bandeira da democracia (como o Congresso “democraticamente eleito”) que, em menor ou maior grau, permitindo até certas alternâncias de poder, visa sempre garantir os lucros dos patrões às custas da vida da classe trabalhadora.

Em nota, o Partido Comunista Argentino (PCA) denunciou o sindicalismo peronista que, através de um processo de desmobilização dos trabalhadores, assistiu de forma passiva os dois primeiros anos de governo Javier Milei e Victoria Villarruel, apostando em um “desgaste” e “autoflagelo” do governo e agora não encontrou forças concretas para resistir a essa mais nova ofensiva da burguesia. Em resposta ao *modus operandi* do sindicalismo peronista, que historicamente se aliou aos patrões, hasteando as bandeiras da conciliação de classes, o PCA destacou que é tarefa do partido comunista construir uma resistência que envolva tomar a iniciativa política, se distanciando de qualquer ilusão institucional, retomando os métodos históricos de luta da classe trabalhadora, não apenas contra a reforma trabalhista já aprovada, mas construindo um movimento operário que rompa com ações isoladas e conflitos setoriais, para avançar rumo a uma intervenção genuína na luta de classes.

No Brasil, com mobilizações tímidas das bases sindicais que estavam acomodadas sob a gestão Lula e Dilma nos anos anteriores, a Reforma Trabalhista de Michel Temer também foi aprovada pelo mesmo pretexto de “modernização trabalhista” para “promover mais empregos”, o que não se tornou realidade, já que, apesar da queda da taxa de desemprego, observa-se o aumento de empregos informais (como entregadores de aplicativos e trabalhadores autônomos, sem nenhum direito trabalhista, segurança econômica e organização sindical) e precários (com escala 6x1 e salário mínimo), por exemplo.

As semelhanças da reforma laboral brasileira com a argentina se dão na flexibilização das leis trabalhistas, permitindo “o negociado sobre o legislado”, o que se consolida, na prática, com uma supremacia das decisões arbitrárias dos patrões perante os trabalhadores,

garantidas agora tanto pelo respaldo jurídico quanto pelo exército de reserva — trabalhadores desempregados — que, para evitar manter-se desempregados, optam por aceitar condições precárias de trabalho.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que as entidades sindicais arrecadaram cerca de 2,23 bilhões de reais no ano da aprovação da Reforma Trabalhista (2017) e “apenas” 21 milhões em 2021, o que impactou diretamente na possibilidade concreta de os sindicatos conseguirem se mobilizar e resistir aos ataques liberais (de Temer e Bolsonaro), alinhados, claro, ao giro cada vez mais à direita dos sindicatos, principalmente do PT/CUT e outros como UGT e Força Sindical, em uma postura passiva e burocrata, atendendo à grande burguesia nacional e, por vezes, defendendo interesses imediatos e corporativos próprios.

Essas condições foram agravadas na atual gestão Lula-Alckmin com estes mesmos setores se rebaixando, novamente, ao papel de correia de transmissão do governo federal que, além de não ter revogado nenhuma contrarreforma de Temer e Bolsonaro (promessa de campanha eleitoral do PT em 2022), intensificou suas medidas como os crescentes PPPs (Parcerias Público-Privadas) que entregam florestas, rios, escolas, setor rodo-ferroviário, saneamento e energia e sistema carcerário, entre outros, para a iniciativa privada, alimentando o bolso de grandes empresários com dinheiro público e reduzindo a qualidade do serviço prestado, e o Arcabouço Fiscal do Haddad, que aprofunda o Teto de Gastos aprovado em 2016 e limitou investimentos em saúde, educação e segurança, por exemplo.

Na disputa dos trabalhadores argentinos, brasileiros e de todo o mundo contra a burguesia de seus respectivos países (associada à burguesia monopolista internacional), há um movimento sindical que precisa deixar o lugar de “freio de mão” da luta de classes para um movimento sindical que possa ir até às últimas consequências no enfrentamento ao grande capital, que se apresenta ora em governos conciliatórios/liberais, ora em governos abertamente reacionários. O entendimento de que os interesses da burguesia são antagônicos aos da classe trabalhadora é o norte para o rompimento com qualquer ilusão na institucionalidade burguesa e em governos que não possuem um horizonte estratégico de rompimento com o capitalismo. De Buenos Aires a Brasília, só o socialismo é capaz de dar fim às mazelas do capitalismo e libertar os proletários da escravidão do salário.

Juventude

Mesmo com recomposição bilionária, orçamento das universidades federais segue abaixo de 2016

Anúncio do governo recompõe apenas parte dos cortes e mantém universidades presas à lógica da austeridade tocada pelo Novo Arcabouço Fiscal.

No dia 20 de janeiro, o governo federal anunciou a recomposição de quase R\$ 1 bilhão no orçamento das instituições federais de ensino superior. A medida foi apresentada como uma resposta aos cortes promovidos pelo Congresso Nacional durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo o Ministério da Educação (MEC), o pacote totaliza R\$977 milhões, destinados ao custeio das universidades federais, aos Institutos Federais, à assistência estudantil e ao orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Setores governistas trataram o anúncio como uma vitória política. Em nota pública, o PROIFES-Federação celebrou a medida como resultado direto de sua articulação junto ao governo federal, destacando o papel do diálogo institucional entre sindicatos, reitores e o Executivo. Segundo a entidade, a pressão exercida durante a tramitação da LOA foi decisiva para denunciar os cortes promovidos pelo Congresso Nacional e garantir uma resposta concreta do Ministério da Educação e da Presidência da República.

De fato, durante a tramitação da Lei Orçamentária de 2026, o Congresso Nacional retirou R\$488 milhões do orçamento originalmente previsto para a manutenção das universidades federais, reduzindo o custeio de R\$6,89 bilhões para R\$6,43 bilhões. O impacto desses cortes seria imediato, afetando o funcionamento cotidiano das instituições, os insumos para pesquisa e extensão e, de forma especialmente grave, as políticas de permanência estudantil, que sofreram redução próxima de R\$100 milhões.

No anúncio posterior de recomposição orçamentária, o governo federal indicou um acréscimo total de cerca de R\$1 bilhão para a educação superior, dos quais R\$488 milhões correspondem especificamente à reversão dos cortes impostos às universidades federais. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também celebrou essa recomposição parcial, que recompõe apenas o montante suprimido anteriormente pelo Congresso, classificando a medida como um avanço para garantir o funcionamento institucional e reafirmando o papel estratégico dessas instituições, responsáveis por mais de 90% da produção científica nacional. Ao mesmo tempo, a entidade adotou um tom cauteloso, ressaltando que a recomposição decorre do diálogo com o MEC e o Executivo, mas não substitui a necessidade de uma política permanente de financiamento. Segundo a Andifes, a sustentabili-



Militantes da UJC e do PCB organizam intervenção contra o arcabouço fiscal na porta do auditório que recebeu Lula no CONUNE. Foto: Jornal O Futuro.

dade das universidades não pode depender de suplementações emergenciais ou negociações pontuais, sendo indispensável enfrentar o subfinanciamento estrutural do setor.

Essa distinção de posições mostra uma disputa de narrativa em torno do anúncio, enquanto setores governistas apresentam a recomposição como uma vitória política e sinal de reconstrução, os próprios dados e declarações institucionais apontam que se trata de uma medida necessária para evitar o colapso imediato do funcionamento das universidades, mas insuficiente para enfrentar as causas estruturais da crise orçamentária. A medida recompõe parte do que foi retirado durante a tramitação da LOA, mas não altera o regime fiscal que mantém a educação superior submetida a cortes recorrentes, contingenciamentos e incertezas.

A trajetória do financiamento das universidades federais no pós-2016

Para avaliar o alcance real da recomposição, é preciso retomar o patamar de financiamento do ensino superior público antes do golpe institucional de 2016. Dados orçamentários corrigidos pela inflação mostram que, até 2014 e 2015, o sistema federal de ensino superior operava em um nível significativamente superior ao observado nos anos posteriores, tanto em custeio quanto em investimentos e políticas de permanência.

Em 2015, último ano completo antes do impeachment de Dilma, o orçamento total das universidades federais atingiu aproximadamente R\$61,9 bilhões (valores corrigidos), somando despesas com pessoal, custeio e investimentos. Esse patamar refletia um ciclo de expansão iniciado nos anos 2000, em um

contexto de crescimento da rede e das matrículas, que já superavam 1,1 milhão de estudantes de graduação naquele ano. A partir de 2016, o financiamento universitário entra em trajetória de queda real. Em 2022, o orçamento total das universidades federais recuou para aproximadamente R\$57,2 bilhões, uma redução superior a R\$4,7 bilhões em relação a 2015, mesmo com uma rede maior, mais complexa e com mais demandas acadêmicas e sociais.

O quadro se torna ainda mais crítico ao observar as despesas de custeio e manutenção; em 2015, esses recursos somavam cerca de R\$1,16 bilhão; em 2021, caíram para aproximadamente R\$826 milhões, um dos menores níveis da série histórica recente. Apesar de recomposições pontuais, em 2024 o custeio ainda não retomou de forma consistente o patamar pré-2016.

As políticas de assistência estudantil também são um ponto forte nesse processo. Os recursos destinados à permanência passaram de cerca de R\$1,05 bilhão em 2015 para aproximadamente R\$652 milhões em 2021, comprometendo bolsas, moradia e auxílios em um período de agravamento da crise social e econômica no país. No terceiro governo Lula, observa-se um crescimento dos recursos destinados à assistência estudantil, que passam de cerca de R\$0,93 bilhão em 2022 para R\$1,11 bilhão em 2024. Ainda assim, esse aumento não recompõe as perdas acumuladas ao longo dos anos anteriores, já que os valores permanecem inferiores aos patamares registrados antes do golpe, como em 2016 (R\$1,23 bilhão) e 2019 (R\$1,22 bilhão).

O colapso mais expressivo ocorre nos investimentos em infraestrutura e patrimônio (Figura 2). Em 2015, as universidades federais contavam com cerca de R\$1,05 bilhão para obras, aquisição de

equipamentos e expansão física. Em 2022, esse valor despenca para pouco mais de R\$206 milhões, uma queda superior a 80% em termos reais. Em 2024, os investimentos permanecem em torno de R\$161 milhões, revelando que a capacidade de expansão e modernização das instituições segue severamente comprometida.

Esses números deixam explícito que o debate sobre recomposição não pode se restringir a valores nominais. Quando comparados ao patamar anterior a 2016, os recursos atuais ainda estão muito aquém do necessário para sustentar estruturalmente o sistema federal de ensino superior.

A greve de 2024 recolocou no centro do debate público a inviabilidade do funcionamento das universidades e institutos federais sob a lógica do ajuste fiscal permanente. Em 2025, essa pressão se intensificou com a reação imediata ao decreto nº 12.448, que parcelava o orçamento das instituições em 18 vezes e concentrava parte significativa dos repasses apenas em dezembro, comprometendo a execução orçamentária ao longo do ano. A convocação do “Dia Nacional de Luta pela Educação: Nenhum Centavo a Menos! Recomposição Orçamentária Já!”, impulsionada por UNE e UBES, expressou esse acúmulo de insatisfação e contribuiu para dar visibilidade nacional à crise. Ainda que essa mobilização tenha sido importante, ela também revelou os limites da pressão exercida até então, incapaz de impor uma reversão mais ampla do ajuste fiscal. O governo recuou apenas parcialmente, anunciando uma recomposição de R\$400 milhões para cobrir os R\$340 milhões cortados na aprovação da LOA de 2025, além da liberação de R\$300 milhões que haviam sido bloqueados pelo decreto.

A narrativa oficial, no entanto, insiste em apresentar o governo como responsável por “salvar” um orçamento supostamente devastado exclusivamente pelo Congresso Nacional. Essa leitura, além de conveniente e eleitoreira, oculta elementos centrais já demonstrados nesta matéria, como a questão da falta de recomposição a níveis pré-golpe. Embora o Legislativo desempenhe, de fato, um papel decisivo nos cortes e rearranjos regressivos da Lei Orçamentária Anual, operando de forma sistemática em favor dos interesses da burguesia, a diminuição do financiamento da educação superior não se inicia nas negociações parlamentares. Ela está inscrita desde a origem do ciclo orçamentário, na própria proposta do Plano Plurianual (PPA) elaborada pelo Governo Lula-Alckmin.

Amazônia

Movimento indígena derrota tentativa de desestatização de rios estratégicos da Amazônia

Sob a liderança dos movimentos indígenas, a tentativa de desestatização de rios estratégicos da Amazônia foi derrotada a partir de intensa mobilização local e nacional, repercutindo amplamente as demandas mais imediatas da população indígena

Por Mattheus Leal

A ocupação do terminal da Cargill, uma das maiores exportadoras de grãos do mundo, em Santarém (PA) durou 34 dias e resultou na revogação do Decreto nº 12.600/2025, que incluía trechos estratégicos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins no Programa Nacional de Desestatização (PND). O decreto autorizava a realização de estudos para concessão, dragagem e estruturação de hidrovias voltadas ao escoamento de cargas, especialmente grãos, no chamado Arco Norte.

A mobilização teve início em 22 de janeiro, organizada por povos indígenas do Baixo Tapajós, com apoio de organizações regionais e articulação com entidades nacionais. O eixo central da reivindicação foi a revogação integral do decreto e o respeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizada no ordenamento jurídico brasileiro. As lideranças argumentaram que a inclusão dos rios no PND ocorreu sem diálogo com os povos potencialmente afetados e sem a apresentação de estudos consolidados de impacto socioambiental.

A escolha do terminal portuário como local da ocupação teve caráter estratégico. A unidade integra a infraestrutura logística responsável pelo recebimento, armazenamento e embarque de soja e outros grãos provenientes do Centro-Oeste e do próprio Pará, operando como ponto central do corredor de exportação que conecta a BR-163 aos portos do Norte. Para as organizações mobilizadas, a expansão e consolidação de hidrovias na região estão diretamente associadas à intensificação do modelo agroexportador e à ampliação de pressões sobre territórios indígenas, unidades de conservação e comunidades ribeirinhas.

Ao longo dos 34 dias, a ocupação manteve estrutura permanente e robusta no local, com organização interna, assembleias deliberativas e divisão de tarefas. Paralelamente, ocorreram atos em Santarém e bloqueios estratégicos temporários na BR-163, rodovia que concentra o fluxo de caminhões carregados de grãos em direção aos portos da região. As mobilizações foram acompanhadas por articulação jurídica junto ao Ministério Público Fed-



Foto: Cita/Reprodução

ral (MPF) e à Defensoria Pública da União (DPU), que receberam representações relacionadas à ausência de consulta prévia e aos potenciais impactos das intervenções previstas.

A empresa ingressou com pedido de reintegração de posse. Decisões judiciais chegaram a estabelecer prazo para desocupação, o que elevou a tensão no local. Durante o período, houve a constante presença de forças de segurança na cidade, incluindo efetivo da Força Nacional.

Em relação ao governo federal, o desenrolar do conflito deixou clara mais uma vez a contradição entre o pretensão discurso socioambiental e sua prática alinhada à agenda de expansão logística demandada pelo grande capital exportador: a inclusão dos rios no PND sem consulta prévia, a tentativa inicial de “suspensão” em vez de revogação e a mobilização de aparato de segurança para garantir estabilidade operacional, indicaram que a prioridade institucional esteve centrada na previsibilidade regulatória e na confiança dos investidores, não na proteção de direitos territoriais.

Nesse contexto, o Ministério dos Povos Indígenas revelou limites políticos e ideológicos claros, atuando mais como instância de mediação e administração do conflito, buscando construir saídas negociadas que pudessem preservar a diretriz

econômica central, do que como órgão com capacidade efetiva de vetar decisões estruturais incompatíveis com a já citada Convenção 169 da OIT e com a Constituição. Isso confirma que, sem alteração da orientação macroeconômica do Executivo, a presença institucional indígena tende a operar como mecanismo de contenção e acomodação da luta, enquanto os núcleos decisórios estratégicos permanecem subordinados à lógica de integração da Amazônia aos interesses do capital.

A avaliação das lideranças, assim, era de que a suspensão não eliminava o risco de retomada dos estudos ou de reedição da medida em termos semelhantes.

O impasse foi superado com a revogação oficial do Decreto nº 12.600/2025, publicada após mais de um mês de mobilização contínua. Com isso, os trechos dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins deixaram de integrar o programa de desestatização, encerrando, ao menos formalmente, o processo de estruturação para concessão naquele momento.

Esse episódio recolocou a discussão sobre o modelo de infraestrutura na Amazônia no debate público. A ampliação de hidrovias é defendida por setores do governo e do empresariado como alternativa logística de menor custo e menor emissão de carbono em compara-

ção ao transporte rodoviário. Por outro lado, organizações indígenas e movimentos socioambientais argumentam que intervenções como dragagens, derrocamentos e construção de terminais alteram regimes hidrológicos, impactam a pesca, ampliam a circulação de embarcações de grande porte e intensificam conflitos territoriais, alterando de maneira permanente o modo de vida das populações locais.

A mobilização também destacou o grau de organização regional dos povos do Baixo Tapajós e sua capacidade de articulação institucional. Durante o processo, foram realizadas reuniões com representantes do Executivo federal, além de interlocução com parlamentares e órgãos de controle. A permanência prolongada no terminal e a manutenção da pauta unificada, a revogação integral do decreto, foram elementos centrais para a consolidação do resultado.

O episódio se insere em um contexto mais amplo de mobilizações recentes no Pará. No início de 2025, organizações indígenas participaram de ocupação da Secretaria de Educação do estado contra medidas relacionadas à gestão da educação pública e indígena adotadas pelo governo de Helder Barbalho. Em ambos os casos, as mobilizações tiveram como eixo a defesa de direitos constitucionais e a reivindicação de participação efetiva em decisões que afetam diretamente os territórios e as políticas públicas voltadas às comunidades indígenas.

Com o encerramento da ocupação, as organizações informaram que seguirão monitorando eventuais novas iniciativas relacionadas à concessão de hidrovias e à reestruturação logística na região. Também defenderam a construção de protocolos próprios de consulta e a institucionalização de canais permanentes de diálogo antes da formulação de políticas de infraestrutura na Amazônia.

A revogação do decreto encerra um capítulo específico, mas não elimina o debate estrutural sobre o papel da região no modelo econômico nacional. A disputa em torno das hidrovias evidencia a tensão entre a expansão da fronteira logística do agronegócio e a garantia de direitos territoriais e ambientais previstos na Constituição e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

